



1. À luz das regras éticas aplicáveis:

- A) As subseções, órgão estaduais da OAB, abrangem o território de cada um dos Estados e do DF
- B) Os conselhos seccionais compreendem o território de um município, ou mais de um município, não dispondo de personalidade jurídica própria
- C) O conselho federal, órgão de cúpula da OAB, dotado de personalidade jurídica própria, dentre outras competências, tem legitimidade para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade
- D) As caixas de assistência dos advogados somente serão criadas pelo Conselho Federal da OAB quando, no âmbito de um município, houver, pelo menos, 100 advogados inscritos

2. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às atividades privativas de advocacia:

- A) Somente advogado poderá impetrar habeas corpus e mandado de segurança
- B) Dispensa-se, como regra, o advogado, nas instâncias ordinárias da Justiça do Trabalho
- C) Em segunda instância, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis estaduais, dispensar-se-á a intervenção de advogado, desde que a causa não supere 20 (vinte) salários mínimos
- D) Para impetrar habeas data, dispensa-se assinatura, na petição inicial, de advogado

3. No tocante aos requisitos à inscrição do advogado na OAB, assinale a alternativa incorreta:

- A) Exige-se bacharelado em Direito, sendo necessário que se comprove que o curso de direito foi realizado no Brasil
- B) Não exercer atividade incompatível é requisito para a inscrição
- C) Exige-se idoneidade moral para o deferimento do pedido de inscrição nos quadros de advogados
- D) O compromisso, ato personalíssimo, não poderá ser prestado por meio de procuração

4. O substabelecimento sem reserva de poderes:

- A) É causa de extinção tácita do mandato judicial, em virtude da assunção do patrocínio da causa por outro advogado, não se exigindo prévia cientificação ao cliente
- B) É causa expressa de extinção do mandato judicial, cabendo ao advogado substabelecete, no entanto, permanecer na defesa dos interesses do cliente nos 10 dias subsequentes à comunicação do fato
- C) Somente será admitido nas causas criminais
- D) Exigirá prévio e inequívoco conhecimento do cliente

5. A procuração, uma vez outorgada

- A) Deverá ser juntada aos autos pelo advogado, porém, condicionada à citação do réu
- B) Deverá ser juntada aos autos no primeiro momento em que o advogado postular em nome da parte assistida
- C) Somente será extinta em virtude da renúncia
- D) Poderá ser revogada por ato do advogado

6. Tício, advogado, após ingressar na sala de audiência da 1ª Vara Criminal da Comarca X, certificou-se que o magistrado que iria presidir audiência para a qual fora intimado, não estava presente. Em razão disso, imediatamente, peticionou ao juízo, informando sua retirada. À luz do Estatuto da OAB:

- A) Somente terá agido corretamente o advogado se a ausência do magistrado for injustificada
- B) A ausência do magistrado, que admite o exercício da retirada do advogado do fórum, deverá arrastar-se por, pelo menos, 30 minutos, salvo na Justiça do Trabalho, em que a demora deverá ser de, pelo menos, 60 minutos
- C) O exercício da prerrogativa por Tício dependerá da anuência prévia do magistrado
- D) Tício, após constatar a ausência do juiz, somente poderá retirar-se após ultrapassados 30 minutos do horário designado para a audiência,



devendo, ainda, elaborar petição escrita e protocolizá-la, informando sua retirada

7. Mévio, advogado há quase 30 anos, após sair de audiência trabalhista, foi “fechado” por um veículo, conduzido por um Procurador do Trabalho, que, enfurecido, xingou-o de “velho babão”. De acordo com o Estatuto da OAB:

A) Será o caso de a OAB deflagrar processo de desagravo público, haja vista a injusta ofensa perpetrada em desfavor do advogado

B) Não será o caso de desagravo público

C) O desagravo público, no caso relatado, dependerá de prévio requerimento do advogado, sendo inadmissível sua realização de ofício pela OAB

D) A ofensa proferida em desfavor de qualquer advogado, ainda que por motivo ligado ao exercício profissional, somente pode ser discutida em processo judicial, não competindo à OAB a tomada de qualquer providência

8. Semprônia, advogada, candidatou-se à Prefeitura Municipal de “Xiririca da Serra”, tendo sido eleita em 1º turno. Em razão disso, requereu o licenciamento de sua inscrição. À luz do Estatuto da OAB:

A) O pedido da advogada deverá ser aceito pela OAB, tratando-se, de fato, de causa de licenciamento por assunção de cargo gerador de impedimento parcial para o exercício da advocacia

B) O pedido da advogada deverá ser indeferido, sendo o caso de cancelamento da inscrição em razão da assunção de cargo incompatível com a advocacia

C) O pedido da advogada deverá ser deferido pela OAB, tratando-se de cargo gerador de incompatibilidade em caráter temporário

D) O pedido da advogada, uma vez aceito, acarretará sua exclusão da OAB, não mais podendo retornar sem que preste novo Exame de Ordem

9. Celso, advogado, foi aprovado para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, passando a exercer importante função fiscalizatória em empresas de grande porte no que diz respeito ao

recolhimento de tributos federais. De acordo com o Estatuto da OAB:

A) Será o caso de suspensão da advocacia, visto ser considerado infração ética o exercício de cargo público sem prévia anuência da OAB

B) Será o caso de cancelamento da inscrição de Celso, tendo em vista ter assumido cargo incompatível com a advocacia, em caráter definitivo

C) Será o caso de licenciamento da inscrição de Celso, tendo em vista ter assumido cargo gerador de impedimento para o exercício da advocacia, podendo, porém, advogar na esfera privada

D) Será o caso de exclusão da OAB

10. Joana, advogada, solicitou de sua cliente Josefa, no decorrer de ação cível por ela patrocinada, a importância de R\$ 1.000,00, a fim de que entregasse ao Oficial de Justiça responsável pela citação do réu da demanda, visando, com isso, apressar o trâmite processual. Uma vez recebida a quantia, a advogada, de fato, entregou o montante ao referido serventuário da justiça. Joana deverá ser:

A) Censurada

B) Suspensa

C) Excluída

D) Multada

11. Nelson, advogado, por oito vezes, nos últimos 2 anos, foi internado em clínicas psiquiátricas para tratamento de desintoxicação, visto ser viciado em cocaína. Tal fato tornou-se notório na comarca em que exercia a profissão. Considerando as normas aplicáveis, Nelson:

A) Deverá ser excluído da OAB

B) Deverá ser advertido pela OAB

C) Deverá ser suspenso da OAB

D) Não praticou qualquer infração ética, sendo portador de doença, porém, sem reflexo algum em sua vida profissional



12. Andrade, advogado, foi flagrado estuprando uma criança de sete anos de idade, tendo sido conduzido à Delegacia de Polícia. Lá chegando, exigiu a presença de um representante da OAB, a fim de que acompanhasse a lavratura do auto de prisão em flagrante. À luz do Estatuto da OAB:

A) a presença de representante da OAB no Distrito Policial será obrigatória apenas para os crimes inafiançáveis praticados por advogado, tenha, ou não, relação com o exercício profissional

B) a presença de representante da OAB é facultativa para os crimes praticados sem relação com o exercício profissional

C) a prisão do advogado, antes do trânsito em julgado, será em Sala de Estado Maior, ou, à sua falta, prisão especial

D) qualquer que seja o crime cometido, é direito do advogado, antes do trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória, ficar recolhido em Sala de Estado Maior, ou, à sua falta, prisão domiciliar

13. A respeito das características dos direitos humanos, assinale a opção correta.

A) O princípio da universalidade impede que determinados valores sejam protegidos em documentos internacionais dirigidos a todos os países.

B) A irrenunciabilidade dos direitos fundamentais não destaca o fato de que estes se vinculam ao gênero humano.

C) É característica marcante o fato de os direitos fundamentais serem absolutos, no sentido de que eles devem sempre prevalecer, independentemente da existência de outros direitos, segundo a máxima do “tudo ou nada”.

D) A imprescritibilidade dos direitos fundamentais vincula-se à sua proteção contra o decurso do tempo.

14. Considerando o sistema interamericano de direitos humanos, é correto afirmar que:

(A) A convenção americana sobre direitos humanos possui um amplo catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.

(B) A aplicação do Protocolo de San Salvador deve ser feita de maneira imediata

(C) O pacto de San José de Costa Rica possui aplicação progressiva

(D) A Comissão interamericana de direitos humanos possui competência para receber petições nas quais indivíduos denunciem situações de violação de direitos consagrados no Pacto de San José de Costa Rica.

15. Acerca da atuação dos Tribunais Internacionais é correto afirmar que:

(A) A Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão que integra o sistema regional americano, possui competência contenciosa e consultiva

(B) Não se admite a possibilidade de pessoas figurarem como parte em ações judiciais perante os Tribunais Internacionais, inclusive no Tribunal Penal Internacional.

(C) O Tribunal Penal Internacional possui competência para julgar Estados que promovem violações sistemáticas de direitos humanos.

(D) A Corte Internacional de Justiça, órgão jurisdicional da ONU, possui competência para julgar pessoas acusadas de praticar crimes contra a humanidade.

16. De acordo com a Constituição da República, são simultaneamente inalistáveis e inelegíveis

(A) somente os analfabetos.

(B) os analfabetos e os conscritos.

(C) somente os estrangeiros e os analfabetos.

(D) somente os estrangeiros e os conscritos.

17. Visando a proteção dos direitos e garantias fundamentais, a constituição federal criou mecanismos para a efetivação desses direitos. Sobre esses mecanismos é incorreto afirmar:



a) O Habeas Data será concedido para assegurar o conhecimento de informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, relativas à pessoa do impetrante, enquanto que o Mandado de Segurança assegura o exercício de direito líquido e certo, fundado em fatos comprovados de plano.

b) cabe habeas corpus contra qualquer decisão condenatória, seja condenação a pena de multa ou a pena privativa de liberdade. Cabe, ainda, contra decisão relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada, dada a relevância desse instituto.

c) A ação popular é o remédio constitucional cabível para o cidadão atacar ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

d) A finalidade primária da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão é combater a síndrome da inefetividade das normas constitucionais, enquanto a finalidade primária do Mandado de Injunção é permitir e viabilizar o exercício de um direito, uma liberdade constitucional ou uma prerrogativa inerente à nacionalidade, cidadania ou soberania. O combate a falta da norma regulamentadora é a finalidade secundária do Mandado de Injunção.

18. Considerando as normas constitucionais sobre processo legislativo, assinale a opção correta.

a) O projeto de lei aprovado por uma Casa do Congresso Nacional será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

b) Se o Presidente da República considerar projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de vinte e quatro horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

c) O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

d) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República, sendo vedada a iniciativa popular para apresentação de projetos de lei.

19. O Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá editar Medidas Provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Sobre este ato normativo é CORRETO afirmar:

a) Apenas excepcionalmente o Poder Judiciário poderá, no controle de constitucionalidade da Medida Provisória, examinar a adequação dos requisitos de relevância e urgência, sob pena de ferir o princípio da Separação de Poderes.

b) É de 60 (sessenta) dias o prazo máximo para a apreciação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, da Medida Provisória.

c) Sua eficácia é de 30 (trinta) dias, contados da publicação, podendo a medida ser prorrogada apenas uma única vez, por igual período.

d) A conversão da Medida Provisória em lei convalida os vícios de inconstitucionalidade que a mesma possui.

20. Considerando as normas constitucionais sobre processo legislativo, assinale a opção INCORRETA.

a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de (I) 1/3(um terço), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, (II) do Presidente da República e (III) de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

b) A iniciativa popular para apresentação de projetos de lei (ordinária ou complementar) poderá ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto subscrito por, no mínimo, um por cento



do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

c) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

21. Para processar e julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade, ocorre a necessidade de preenchimento de alguns requisitos. Com base nas normas constitucionais, é incorreto afirmar que

(A) a Câmara autoriza a instauração do processo pelo voto de 2/3 dos seus membros.

(B) o julgamento ocorre pelo Senado Federal, cuja decisão deverá ocorrer pela decisão de 2/3 dos seus membros.

(C) condenado o Presidente, cumprirá sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto.

(D) no julgamento ocorrido no Senado, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal.

22. Com relação ao STF e ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a opção INCORRETA.

a) Declarando o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição do Brasil, poderá o Senado Federal suspender a execução da lei ou do ato normativo, total ou parcialmente, através de uma resolução, seja a decisão do STF proferida na via do controle difuso ou concentrado, desde que, a decisão tenha sido proferida de forma definitiva.

b) O Presidente da República, quando veta um projeto de lei ao argumento de que o mesmo é inconstitucional, realiza controle preventivo de constitucionalidade.

c) Leis anteriores a Constituição Federal podem ser discutidas no controle concentrado de constitucionalidade (em ADPF), podendo também ser objeto de questionamento por meio do controle difuso.

d) A decisão proferida pelo STF em sede de cautelar, será dotada de eficácia contra todos, efeito vinculante e, em regra, ex nunc.

23. Nos termos do Estatuto de Roma indique, entre as afirmações abaixo, aquela que corresponde a um tipo de crime que não se enquadra na competência do Tribunal Penal Internacional:

a) O crime de genocídio;

b) Crimes contra a humanidade;

c) Crimes eleitorais;

d) O crime de agressão.

24. Caso um Estado queira ratificar determinado tratado, mas queira reduzir ou afastar os efeitos jurídicos de alguns de seus dispositivos, por razões de incompatibilidade com o seu direito interno, deverá utilizar o instrumento denominado:

a) denúncia.

b) suspensão normativa.

c) jus cogens.

d) reserva.

25. Pedro, com dois anos de idade, foi adotado pelo casal Maria e Joaquim, em processo judicial que tramitou perante a Vara da Infância e da Juventude. Imediatamente após a adoção, a mãe biológica mudou-se de cidade, distanciando-se completamente do filho. Quinze anos depois, os adotantes de Pedro faleceram, surgindo em Pedro o desejo de conhecer a sua mãe biológica. Diante disso, é possível afirmar que:

a) Pedro não tem direito de conhecer a sua mãe biológica, devendo aguardar completar a maioridade para tanto.

b) Pedro tem direito de conhecer a sua mãe biológica, contudo, deverá ingressar com ação judicial para revogação da adoção.



c) Pedro não tem meios de conhecer a sua mãe biológica, uma vez que o processo judicial tramitou em segredo de justiça, podendo os autos, ainda, ser objeto de descarte após o trânsito em julgado.

d) Pedro tem direito de conhecer a sua origem biológica, a seu pedido, sendo-lhe assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

26. O Ministério Público ingressou com ação de perda e suspensão do poder familiar em face de Pedro, genitor de Maria, em razão de suposta negligência paterna. O processo foi ajuizado perante a Vara da Infância e da Juventude. Considerando-se as regras adotadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária decretar a suspensão do poder familiar, sendo o réu citado para oferecimento de resposta no prazo de 15 dias.

b) Não é permitida a decretação liminar da suspensão do poder familiar, uma vez que tal medida é irreversível.

c) O Estatuto autoriza a suspensão liminar ou incidental do poder familiar, sendo o réu citado para responder no prazo de 10 dias.

d) Importando o pedido em modificação de guarda, a oitiva do adolescente será obrigatória, sendo dispensada, em qualquer hipótese, a oitiva da criança.

27. Entre os requisitos ou elementos essenciais à validade dos atos administrativos, o que mais condiz, com o atendimento da observância do princípio fundamental da impessoalidade, é o relativo à/ao:

a) competência.

b) forma.

c) finalidade.

d) motivo.

28. A entidade da Administração Indireta, que se conceitua como sendo uma pessoa jurídica de direito público, autorizada por lei, com capacidade administrativa, tendo por substrato um patrimônio

personalizado, gerido pelos seus próprios órgãos e destinado a uma finalidade específica, de interesse público, é a:

a) autarquia.

b) fundação pública.

c) empresa pública.

d) sociedade de economia mista.

29. À luz da Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui forma de provimento nem de vacância de cargo, a figura:

a) do aproveitamento.

b) da promoção.

c) da readaptação.

d) da redistribuição.

30. A responsabilidade civil objetiva, da Administração Pública, compreende os danos causados aos particulares, até mesmo:

a) sem haver culpa ou dolo do seu agente, pelo ato ou fato danoso.

b) sem nexo causal entre o ato ou fato e o dano.

c) quanto aos atos predatórios de terceiros e fenômenos naturais.

d) quando seu agente não agiu nessa condição, ao causar o dano.

31. O que existe em comum, sob o aspecto jurídico-doutrinário, entre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos, é a circunstância de:

a) constituírem outorga a título precário.

b) formalizarem-se por meio de ato administrativo unilateral.

c) formalizarem-se por meio de contrato administrativo.

d) poderem ser modalidades de serviços públicos delegados a particulares.



32. Não constitui princípio inerente ao regime jurídico dos serviços públicos:

- a) imutabilidade.
- b) modicidade.
- c) cortesia.
- d) generalidade.

33. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro aponte a assertiva correta:

- a) Ninguém se escusa de cumprir a lei, salvo se alegar que não a conhece.
- b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia ou com os princípios gerais de direito, vedada a utilização dos costumes.
- d) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, mesmo que prejudique o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

34. Quanto ao estudo das pessoas naturais e jurídicas assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, logo, o nascituro não tem os seus direitos protegidos.
- b) O menor de 14 anos de idade pode ser emancipado pelos seus pais através de escritura pública.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- d) As associações e as fundações podem ter finalidade lucrativa.

35. Assinale a assertiva correta no que diz respeito ao estudo dos bens no Código Civil de 2002:

- a) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- b) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- c) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) as benfeitorias úteis são aquelas de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

36. Quanto aos negócios jurídicos aponte a alternativa INCORRETA:

- a) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.
- c) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) Em caso de erro, dolo e coação o negócio jurídico é nulo de pleno direito.

37. Assinale a alternativa correta quanto ao direito das obrigações:

- a) Em regra, a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela se não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- c) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, não tem direito a reembolsar-se do que pagar.



d) Considera-se novação, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais.

38. Assinale assertiva incorreta:

a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

b) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

c) É defeso às partes estipular contratos atípicos não previstos pelas normas gerais do Código Civil.

d) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

39. Assinale a alternativa incorreta no que diz respeito à extinção dos contratos:

a) Nos contratos de execução imediata, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

b) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.

c) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.

d) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.

40. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar

(A) o juiz, sem possibilidade de reconsideração da decisão, determinará a citação do réu para responder ao recurso e, posteriormente, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente.

(B) é facultado ao juiz decidir, no prazo de quarenta e oito horas, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente, sem a citação do réu para responder ao recurso.

(C) é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, os autos serão imediatamente encaminhados ao tribunal competente, sem a citação do réu para responder ao recurso.

(D) é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação e, caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.

41. Quando se reproduz ação anteriormente ajuizada entre as mesmas partes, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, considere:

I. A ação anterior foi julgada improcedente por acórdão contra o qual pende recurso extraordinário.

II. A ação anterior foi julgada improcedente por sentença de primeiro grau contra a qual pende recurso de apelação.

III. A ação anterior foi julgada improcedente por sentença de que não mais cabe recurso.

As hipóteses indicadas caracterizam

(A) litispendência, litispendência e coisa julgada, respectivamente.

(B) litispendência, coisa julgada e coisa julgada, respectivamente.

(C) coisa julgada, litispendência e coisa julgada, respectivamente.

(D) litispendência.

42. A respeito dos recursos, é INCORRETO afirmar que

(A) o prazo para interpor e responder embargos de divergência em recurso especial é de 15 dias.



(B) a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da parte contrária.

(C) não impede o conhecimento do recurso adesivo o fato de ter sido declarado deserto o recurso principal.

(D) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, se não forem distintos ou opostos os seus interesses.

43. O recurso adesivo

(A) não será admissível no recurso extraordinário.

(B) será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal.

(C) será admissível no agravo de instrumento.

(D) será admissível nos embargos infringentes.

44. A respeito da petição inicial, é correto afirmar:

(A) Os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreendendo, por isso, no principal, os juros legais, que devem ser expressamente requeridos.

(B) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

(C) Indeferida a petição inicial, caberá recurso de agravo de instrumento, em razão da natureza da decisão.

(D) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, só serão consideradas incluídas no pedido as que se vencerem no curso do processo se houver declaração expressa do autor a respeito na petição inicial.

45. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo

(A) expor os fatos em juízo conforme a realidade aparente.

(B) proceder com parcialidade e litigar de má-fé, conforme o objeto em litígio.

(C) formular pretensões cientes de que podem estar destituídas de fundamento.

(D) não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.

46. Assinale a alternativa correta quanto ao fato do produto ou do serviço, de acordo com o CDC:

a) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, somente em caso de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

b) O produto não pode ser considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes.

c) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

d) O prazo para o consumidor pleitear indenização por danos causados pelo fato do produto ou serviço é prescricional de 90 dias.

47. Quanto ao regime da oferta e da publicidade no CDC assinale a alternativa correta:

a) Cessadas a produção ou importação, o fornecedor não tem a obrigação de manter a oferta de peças para conserto ou reposição.

b) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

c) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.



d) É enganosa, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

48. Quanto à atividade empresarial, é correto afirmar:

(A) Antes do início de sua atividade, faculta-se ao empresário sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

(B) Desde que com auxílio de colaboradores, considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, constituindo esse exercício elemento de empresa ou não.

(C) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação, tanto de bens como de serviços.

(D) Não responderá pelas obrigações contraídas a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário.

49. Com relação à sociedade limitada, assinale a alternativa correta.

(A) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas e cada um responde individualmente pela integralização do capital social.

(B) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das disposições específicas do Código Civil, pelas normas da sociedade simples. Todavia, o contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade em comandita simples.

(C) Na omissão do contrato, o sócio não pode ceder sua quota a sócio estranho ao quadro societário.

(D) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a

estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

50. Com relação ao direito à propriedade industrial, assinale a opção correta.

A) O registro de marca tem duração de dez anos a partir da concessão, sendo prorrogável, da mesma forma como ocorre com o prazo da patente.

B) Ao desenho industrial é concedida a patente — documentada pela carta patente —, que corresponde ao direito de exploração com exclusividade.

C) Modelo de utilidade constitui espécie de aperfeiçoamento da invenção, suscetível de aplicação industrial.

D) No Brasil, os sinais sonoros originais e exclusivos, por individualizarem produtos e serviços, são, conforme a legislação vigente, suscetíveis de registro como marca.

51. No que diz respeito ao empresário individual, em regra, assinale a alternativa correta.

(A) Não é pessoa jurídica.

(B) É pessoa jurídica e não pode ingressar em juízo em nome próprio.

(C) Não é pessoa jurídica, mas, para tanto, exige-se que tenha CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e não pode ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

(D) É pessoa híbrida e, para que ingresse em juízo, é necessário que outorgue duas procurações, uma em nome da pessoa física e outra em nome da empresa.

52. É correto afirmar que pode requerer recuperação judicial o devedor que

(A) não tenha, há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial.

(B) exerça regularmente suas atividades há mais de cinco anos.

(C) não tenha, há menos de cinco anos, obtido parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa da União, Estados ou Municípios.



(D) não tenha, há menos de cinco anos, seu nome inscrito em cadastros de devedores inadimplentes.

53. Acerca do ICMS, é INCORRETO afirmar que:

- a) Não incide sobre operações de envio de mercadorias ao exterior e sobre serviços prestados a destinatários fora do país;
- b) Poderá ser seletivo, a depender da essencialidade da mercadoria ou serviço;
- c) Incide sobre serviços de provedores de acesso à internet;
- d) Tem como uma de suas características a não cumulatividade.

54. Os tratados internacionais que tiverem relação com o Direito Tributário são considerados como “fontes formais primárias” e ingressam em nosso ordenamento por meio de:

- a) Resolução do Senado;
- b) Decreto-lei;
- c) Decreto legislativo;
- d) Lei complementar.

55. Sobre o CRÉDITO TRIBUTÁRIO, podemos afirmar que:

- a) Decorre da obrigação acessória, tendo a mesma natureza;
- b) Decorre da obrigação principal, mas não tem a mesma natureza;
- c) Não decorre da obrigação principal, tendo a mesma natureza;
- d) Decorre da obrigação principal, tendo a mesma natureza.

56. De acordo com as regras de ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA, apenas alguns tributos podem ser cobrados de imediato. São eles:

- a) Imposto sobre a renda de pessoas naturais e jurídicas;
- b) Imposto sobre a importação e Imposto sobre a exportação;
- c) Imposto sobre propriedade territorial rural e Imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos;
- d) Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação e Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

57. A Lei Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011, regulamentou o parágrafo único e os incisos III, VI e VII do art. 23 da Constituição Federal. Conforme o diploma em questão, assinale a alternativa incorreta:

(A) Atuação supletiva é a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na Lei Complementar 140/2011.

(B) Atuação subsidiária é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas na Lei Complementar 140/2011.

(C) Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

(D) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, sendo que os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

58. Assinale a alternativa incorreta em matéria ambiental:

(A) O princípio da precaução pode ser invocado para inverter o ônus da prova em matéria ambiental.

(B) Logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

(C) A concessão de licenciamento para desenvolvimento de atividade potencialmente



danosa ao meio ambiente constitui ato do poder de polícia, sendo a análise dos Estudos de Impacto Ambiental atividade própria da Administração Pública.

(D) Compete privativamente à União legislar sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.

59. Constitui crime omissivo próprio:

(A) o abandono intelectual.

(B) a mediação para servir a lascívia de outrem.

(C) a falsidade de atestado médico.

(D) o atentado ao pudor mediante fraude.

60. Em relação às causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade, assinale a opção incorreta.

(A) Um policial em serviço não pode alegar estado de necessidade para eximir-se de seu ofício, visto que tem o dever legal de enfrentar o perigo.

(B) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

(C) Considera-se causa supralegal de exclusão de ilicitude a inexigibilidade de conduta diversa.

(D) Considera-se causa de exclusão da culpabilidade a inimizabilidade penal.

61. Almir, com evidente intenção homicida, praticou conduta compatível com a vontade de matar Betina. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caso Almir não fosse interrompido e, após praticar tudo o que estava ao seu alcance para consumir o crime, resolvesse impedir o resultado, obtendo êxito neste ato, caracterizar-se-ia o arrependimento posterior, mas ficaria afastado o arrependimento eficaz.

(B) Caso Almir utilizasse os meios que tinha ao seu alcance para atingir a vítima, mas não conseguisse fazê-lo, ele só responderia por expor a vida de terceiro a perigo.

(C) Caso Almir fosse interrompido, durante os atos de execução, por circunstâncias alheias à sua vontade, não chegando a fazer tudo que pretendia para consumir o crime, não se caracterizaria a tentativa de homicídio, mas lesão corporal.

(D) Caso Almir interrompesse voluntariamente os atos de execução, caracterizar-se-ia desistência

voluntária, e ele só responderia pelos atos já praticados.

62. De acordo com o Código Penal, são imputáveis

(A) os silvícolas inadaptados;

(B) os surdos-mudos, desde que inteiramente capazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) oligofrênicos e esquizofrênicos.

(D) os menores de 18 anos.

63. Entre as circunstâncias abaixo, são agravantes da pena, o fato de o agente:

(A) desconhecer a lei.

(B) ter cometido o crime sob coação a que pudesse resistir.

(C) ter cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o tiver provocado.

(D) ter cometido o crime sendo reincidente

64. Com relação ao nexa causal, no âmbito da teoria do crime, pode-se afirmar que o Código Penal brasileiro adotou:

(A) a teoria da causalidade adequada.

(B) a teoria da relevância causal.

(C) a teoria da equivalência dos antecedentes.

(D) nenhuma das teorias indicadas acima.

65. Petrônio confessa, perante o Juiz de Direito, a prática de crime contra o patrimônio, o que é desmentido pelas testemunhas do fato. Pode o Magistrado condenar Petrônio apenas com base em sua confissão judicial?

(A) Sim; a confissão, no âmbito do Processo Penal, constitui a rainha das provas, possuindo valor pleno.

(B) Não; a confissão, no âmbito do Processo Penal, não se reveste de valor pleno, tendo que ser corroborada por outros elementos de prova.

(C) Não; levando-se em consideração que o depoimento das testemunhas tem maior valor probante que a confissão.

(D) Sim; desde que Petrônio confesse o crime espontaneamente.

66. Renato foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 157 do Código Penal. O Juiz do processo rejeitou a inicial, pois manifestamente inepta, uma vez que os fatos não foram corretamente descritos. O Ministério Público recorreu em sentido estrito e seus fundamentos convenceram o Magistrado que se retratou e recebeu a denúncia. Neste caso, a defesa de Renato poderá postular:



- (A) apelação.
- (B) carta testemunhável.
- (C) ordem de habeas corpus.
- (D) mandado de segurança com fundamento no direito líquido e certo que o denunciado adquiriu com a rejeição da denúncia.
- 67. A doutrina denomina conexão instrumental a que ocorre quando**
- (A) uma infração tiver sido praticada para facilitar ou ocultar outra.
- (B) duas ou mais infrações forem praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
- (C) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (D) duas ou mais infrações forem praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
- 68. Genésio, por insuficiência probatória, foi absolvido da acusação de crime contra a honra. Ser-lhe-á possível interpor recurso contra a sentença?**
- (A) Poderá opor recurso de apelação àquela decisão, com o fito de ver alterado o fundamento da absolvição.
- (B) Não poderá interpor recurso diante da sentença absolutória por falta de interesse processual.
- (C) Será cabível apenas o recurso de embargos de declaração objetivando a modificação da fundamentação da sentença.
- (D) Poderá interpor recurso em sentido estrito
- 69. Antonio, estagiário de escritório de advocacia, é nomeado pelo juiz para exercer a defesa de réu em processo penal, em comarca de difícil acesso, onde só existem dois advogados. Diante disto, é possível asseverar que**
- (A) diante da falta de advogados na comarca, é possível a nomeação de estagiários para a defesa dativa.
- (B) os atos praticados pelo estagiário têm plena validade, desde que o réu seja absolvido.
- (C) o processo não padece de nulidade, desde que o estagiário tenha registro na OAB local.
- (D) o processo padece de nulidade absoluta, eis que estagiários não possuem capacidade postulatória.
- 70. A empresa PULO DO GATO LTDA sempre forneceu transporte fretado a seus empregados já que localizada em local não servido pelo transporte público. Mariana, empregada da aludida empresa, gastava 2 horas para ida e 2 horas para volta durante o itinerário dentro do ônibus fornecido pela empresa e possuía uma jornada de 8 horas. Nunca recebeu horas extras. Diante da situação hipotética supra, assinale a alternativa correta:**
- a) Mariana não faz jus à hora extra já que a empresa já arcava com o transporte
- b) Mariana faz jus apenas à duas horas extras diárias já que ninguém poderá, por lei, realizar mais que duas horas extras diárias
- c) o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho
- d) o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno não é computável na jornada de trabalho
- 71. Quanto às utilidades fornecidas pelo empregador ao empregado, assinale a alternativa correta:**
- a) a habitação fornecida ao empregado pelo empregador quando indispensável para a realização do trabalho, possui natureza salarial
- b) a habitação fornecida ao empregado pelo empregador somente possuirá natureza salarial se superior a 50% do salário do empregado
- c) o veículo fornecido pelo empregado ao empregado, para a realização do trabalho, possui natureza indenizatória, exceto se constatado que o empregado o utilize também em atividades particulares, momento a partir do qual passa a ter natureza salarial
- d) o cigarro não se considera salário-utilidade em face de sua nocividade à saúde



72. No que concerne à equiparação salarial, podemos afirmar que:

- a) é impossível no âmbito do trabalho intelectual
- b) é possível entre servidores públicos estatutários já que a estes se aplica o artigo 461 da CLT
- c) é impossível entre atendente e auxiliar de enfermagem
- d) é impossível entre empregados de uma sociedade de economia mista

73. Quanto às garantias de emprego é correto afirmar:

- a) o ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação
- b) o presidente da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes possui garantia de emprego desde a sua designação pelo empregador até um ano após o mandato
- c) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento de indenização decorrente da estabilidade
- d) há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência

74. Quanto ao trabalho em domicílio e a distância, assinale a alternativa correta:

- a) não há previsão legal para acolhimento do trabalho a distância e trabalho em domicílio no direito trabalhista brasileiro
- b) há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento empregador e o trabalho em domicílio ou a distância
- c) não há que se falar em subordinação quanto ao trabalho realizado em domicílio
- d) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio

75. Empregado que trabalha na coleta de tomates dentro de uma fazenda após as 22hs. A cada 52 minutos e 30 segundos trabalhador equivalerá a qual período de tempo

- a) 52 minutos e 30 segundos
- b) 1 hora
- c) 55 minutos
- d) 62 minutos e 30 segundos

76. Ana Maria pretende ajuizar ação em face de EBX Comercio Ltda, em 10/06/2010 para pleitear reparação por danos morais e materiais em decorrência de acidente de trabalho que sofrera. Diante da situação hipotética supra, responda a alternativa correta:

- a) a ação deverá ser ajuizada perante a Justiça Comum Estadual já que se trata de acidente de trabalho
- b) a ação deverá ser ajuizada perante a Justiça Comum Federal já que envolverá necessariamente o INSS que é autarquia previdenciária federal e que possui foro perante a Justiça Federal
- c) a ação deverá ser ajuizada perante a Justiça do Trabalho já que decorre da relação de emprego sendo este o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal
- d) a ação deverá ser ajuizada perante a Justiça do Trabalho mas deverá necessariamente citar o INSS para que providencie a implementação do benefício previdenciário acidentário ao empregado

77. O Banco Meridional S/A pretende ingressar com demanda para garantir que seus clientes tenham acesso às agências bancárias, já que, com movimento grevista, os empregados grevistas estão impedindo o acesso dos clientes às agências bancárias. Diante da situação hipotética supra, e tratando-se de ação que envolve o direito de greve, nos termos do entendimento jurisprudencial consolidado, marque a alternativa correta:

- a) aludida ação deverá ser ajuizada perante à Justiça Comum Estadual
- b) aludida ação, é de competência da Justiça Comum Estadual e por envolver toda a categoria, deverá



iniciar no Tribunal de Justiça correspondente e não na primeira instância

c) aludida ação é de competência da Justiça do Trabalho e deverá ser proposta perante a Vara do Trabalho

d) aludida ação é de competência da Justiça do Trabalho e por envolver toda uma categoria, assim como nos dissídios coletivos, deverá iniciar-se, já no Tribunal Regional do Trabalho respectivo

b) seu valor é o mesmo tanto para qualquer recurso interposto no processo do trabalho

c) não tem cabimento no recurso de agravo de instrumento

d) é pressuposto recursal extrínseco de admissibilidade recursal

78. Quanto à organização da Justiça do Trabalho é correto afirmar:

a) compreende os juízes do trabalho; o tribunal regional do trabalho; o tribunal superior do trabalho e o supremo tribunal federal

b) compreende os juízes do trabalho; os juízes classistas; o tribunal regional do trabalho; o tribunal superior do trabalho e o supremo tribunal federal

c) compreende os juízes do trabalho; o tribunal regional do trabalho e o tribunal superior do trabalho

d) compreende os juízes do trabalho; os juízes classistas; os tribunais regionais do trabalho e o tribunal superior do trabalho

79. Quanto à representação no processo do trabalho é correto afirmar:

a) é inválido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda

b) o mandato tácito ou apud acta não tem aplicação no processo do trabalho

c) não há que se falar em irregularidade de representação pelo simples fato de o substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecente

d) o mandato tácito ou apud acta tem acolhida na jurisprudência do TST e encontra-se previsto na CLT

80. Quanto ao depósito recursal é correto afirmar que:

a) não tem previsão na CLT



GABARITO DO SIMULADO LFG

| | | | | | | | |
|----|---|----|---|----|---|----|---|
| 1 | C | 21 | C | 41 | A | 61 | D |
| 2 | B | 22 | A | 42 | C | 62 | B |
| 3 | A | 23 | C | 43 | D | 63 | D |
| 4 | D | 24 | D | 44 | B | 64 | C |
| 5 | B | 25 | D | 45 | D | 65 | B |
| 6 | D | 26 | C | 46 | C | 66 | C |
| 7 | B | 27 | C | 47 | B | 67 | C |
| 8 | C | 28 | B | 48 | C | 68 | A |
| 9 | B | 29 | D | 49 | D | 69 | D |
| 10 | B | 30 | A | 50 | C | 70 | C |
| 11 | C | 31 | D | 51 | A | 71 | D |
| 12 | D | 32 | A | 52 | A | 72 | C |
| 13 | D | 33 | B | 53 | C | 73 | A |
| 14 | D | 34 | C | 54 | C | 74 | D |
| 15 | A | 35 | A | 55 | D | 75 | A |
| 16 | D | 36 | D | 56 | B | 76 | C |
| 17 | B | 37 | B | 57 | D | 77 | C |
| 18 | C | 38 | C | 58 | D | 78 | C |
| 19 | A | 39 | A | 59 | A | 79 | D |
| 20 | D | 40 | D | 60 | C | 80 | D |